



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 11/2023

Continuação da Sessão Ordinária 18 de SETEMBRO de 2023

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, deu-se início à Continuação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: -----

-----Lista de Presenças:-----

21 Deputados Municipais do PS - Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Fernando Pereira Marques (1º Secretário em exercício), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Carlos Manuel Pontes Costa, Adriana Cavaco Guerreiro (em substituição de Vítor Cristiano da Piedade Ferreira), Adriano Costa Cabrita (em substituição de Pedro de Moraes Lobo Martins Julião), Elisabeta-Ecaterina Necker (2ª Secretária em substituição), Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Marta Betânia de Melo Teixeira (em substituição de Maria João Carapeto Tavares), Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Núria Inês Rey Machado, Ana Paula Neto Coelho dos Santos (em substituição de João Pedro Medeira Cabrita), José João Magalhães David, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião); -----

8 Deputados Municipais do PSD - Hélder Faísca Guerreiro, João Carlos Dias dos Santos, Bárbara Maria do Amaral Correia, Miguel Baguinho Coelho (em substituição de Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues), Cláudia Isabel Martins Mendes, Alexandra Maria Costa Brito (em substituição de João José Paixão Carvalho Ferreira), Deodato Martins João (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União de Freguesias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Querença/Tôr/Benafim);-----

2 Deputadas Municipais do CHEGA - Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro, Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro; -----

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputada Municipal do CDS - Isilda Maria Mendes Guerreiro (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota); -----

1 Deputada Municipal da CDU - Carla Sofia Osório Gomes;-----

1 Deputada Municipal do PAN - Ana Luísa Poeta Simões;-----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, o Vice-Presidente David Pimentel e os Vereadores, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, Inácio Machado (em substituição de Rui Cristina), Maria João Fonseca (em substituição de João Paulo Sousa) e Fernando Santos. -----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de trabalhos:-----

----- **Ordem de Trabalhos:**-----

3- Período da Ordem do Dia:

c) Proposta da Câmara nº 1592-2023 [DGP] - Deliberação/Informação relativa a 1 - NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 4.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO E ARTIGOS 1º A 8º DO ANEXO IV DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, DELIBERE **APROVAR A ABERTURA DO RECRUTAMENTO PARA O CARGO DE CHEFE DA UNIDADE OPERACIONAL DE EFICIÊNCIA HÍDRICA (CARGO DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 3º GRAU)**; 2 - NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 13.º LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO, DELIBERE **APROVAR A COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DO CARGO MENCIONADO**, E SUBMETA À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A DESIGNAÇÃO DO JÚRI; **para deliberação**;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

- e) **Proposta da Câmara nº 1879-2023 [GAF] - Deliberação/Informação** relativa à **REVOGAÇÃO DA APROVAÇÃO DA 2.ª ALTERAÇÃO AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO MUNICÍPIO DE LOULÉ PARA A FREGUESIA DE QUARTEIRA** A REMETER SOB PROPOSTA PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL; **para conhecimento;**
- f) **Proposta da Câmara nº 1888-2023 [GAF] - Deliberação/Informação** relativa à **APROVAÇÃO DA 2.ª ALTERAÇÃO AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO MUNICÍPIO DE LOULÉ PARA A FREGUESIA DE QUARTEIRA** A REMETER SOB PROPOSTA PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL; **para deliberação;**
- g) **Proposta da Câmara nº 1896-2023 [GAP] - Deliberação/Informação** relativa à **TRANSMISSÃO INTRAGRUPO DAS AÇÕES DETIDAS PELA VILAMOURA LUSOTUR, S.A NO CAPITAL SOCIAL DA INFRAMOURA, PARA A VILAMOURA WORLD, S.A. – SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ;** **para deliberação;**
- h) **Proposta da Câmara nº 1552-2023 [GAIQ] - Deliberação/Informação** relativa à **APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS (2022) - PARA CONHECIMENTO E ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL;** **para conhecimento;**
- i) **Proposta da Câmara nº 1878-2023 [DACP] - Deliberação/Informação** relativa à **ADJUDICAÇÃO DA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO RELATIVAMENTE À CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS PARA TRATAMENTO E REUTILIZAÇÃO DA ÁGUA REJEITADA PELA LAVAGEM DOS FILTROS DAS PISCINAS DO EMPREENDIMENTO AQUASHOW - APROVAR O PROJETO DE DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO, A ADJUDICAÇÃO, A MINUTA DO CONTRATO, DESIGNAR O GESTOR DE CONTRATO E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL;** **para conhecimento;**
- j) **Proposta da Câmara nº 1847-2023 [DACEC] - Deliberação/Informação** relativa à **APROVAÇÃO DO PLANO LOCAL DE AÇÃO INTEGRADA (PLAI)**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

PARA A CIRCULARIDADE DA ÁGUA EM MEIO URBANO DO MUNICÍPIO DE LOULÉ, ELABORADO NO ÂMBITO DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA PARCERIA CAPT2 – CIRCULARIDADE DA ÁGUA: POR TODOS E PARA TODOS - DAR CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL; para conhecimento;

3- Período da Ordem do Dia:-----

c) Proposta da Câmara nº 1592-2023 [DGP] - Deliberação/Informação relativa a 1 - NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 4.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO E ARTIGOS 1º A 8º DO ANEXO IV DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, DELIBERE **APROVAR A ABERTURA DO RECRUTAMENTO PARA O CARGO DE CHEFE DA UNIDADE OPERACIONAL DE EFICIÊNCIA HÍDRICA (CARGO DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 3º GRAU)**; 2 - NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 13.º LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO, DELIBERE **APROVAR A COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DO CARGO MENCIONADO**, E SUBMETA À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A DESIGNAÇÃO DO JÚRI; **para deliberação;** -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito boa noite a todos e a todas. A todos vós, os cumprimentos da Mesa, para esta continuação da sessão de sexta-feira. Os nossos cumprimentos para aqueles que nos acompanham em casa, para as equipas de apoio da Assembleia, Língua Gestual, Senhor Presidente e Executivo. Nós vamos iniciar com a votação da alínea c). Eu consultei alguns Presidentes de Assembleia Municipal, sobre esta matéria, devo-vos dizer que obtive respostas díspares, portanto, há Assembleias a fazer em voto secreto e há Assembleias a fazer em voto de mão no ar. Eu, na dúvida e como a questão foi levantada pelo Deputado Carlos Martins, e como a maioria, a esmagadora maioria das votações sobre júris, foram por voto secreto, houve uma que ainda não encontrei, mas tenho quase a certeza que foi. Vamos proceder à votação por voto secreto. Os boletins já estão na vossa posse e estamos em condições de passar à votação. A Senhora Deputada Isilda Guerreiro, do CDS, teve um pequeno acidente quando vinha agora para a Assembleia, portanto, vai chegar mais tarde. Está tudo bem com ela. Como o voto da Senhora Deputada também não terá influência no resultado, avançaremos à mesma para a votação. Todos os senhores Deputados estão prontos a exercer o seu direito de voto? Sandro, podes recolher os votos por favor. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Portanto, o escrutínio está feito, votaram 33 Deputados. A votação foi feita por escrutínio secreto, tendo sido o resultado, 19 votos a favor, 12 votos em branco e 2 votos contra, no total de 33, tendo a proposta sido **aprovada por maioria**. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

e) Proposta da Câmara nº 1879-2023 [GAF] - Deliberação/Informação relativa à **REVOGAÇÃO DA APROVAÇÃO DA 2.ª ALTERAÇÃO AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO MUNICÍPIO DE LOULÉ PARA A FREGUESIA DE QUARTEIRA A REMETER SOB PROPOSTA PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL; para conhecimento;**

f) Proposta da Câmara nº 1888-2023 [GAF] - Deliberação/Informação relativa à **APROVAÇÃO DA 2.ª ALTERAÇÃO AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO MUNICÍPIO DE LOULÉ PARA A FREGUESIA DE QUARTEIRA A REMETER SOB PROPOSTA PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL; para deliberação;**

O **Presidente da AML** disse: Vamos passar, à alínea seguinte, proponho a apresentação conjunta das alíneas e) e f), por uma razão muito simples: normalmente, os assuntos para conhecimento vêm depois dos assuntos para deliberação, no entanto, como a proposta da alínea f) é para deliberação e há uma revogação daquela que foi tomada em sessão de Câmara e que vem para a Assembleia para conhecimento, o Executivo fará a apresentação conjunta da e) e da f), se nenhum dos senhores Deputados se opuser. Ninguém se opôs. Senhor Presidente? Senhor Vereador David Pimenta tem a palavra. -----

O **Vereador David Pimentel** tomou a palavra e disse: Boa Noite Senhor Presidente, e permita-me cumprimentar todos os presentes, na sua pessoa e quem nos segue a partir das redes digitais. Em relação a esta Alteração do Auto de Transferência de recursos do Município de Loulé para a freguesia de Quarteira, a Proposta é retirada, porque não foi deliberada na última Assembleia e a proposta f) é aquela que vem para deliberação na presente Assembleia. Têm inicialmente a ver com 3 alterações; uma no que diz respeito à competência, gestão e manutenção dos espaços verdes, incluindo o que está sobre a alçada da Junta de Freguesia de Quarteira e, portanto, o respetivo pacote financeiro para a gestão destas áreas está consagrado nesta alteração. Depois será a atualização, dos valores para a execução da competência da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

limpeza das vias, dos espaços públicos, sarjetas e sumidouros, devido ao acréscimo de custos. Existe uma terceira alteração que tem a ver com a retificação do número da conservatória de um bem imóvel, conforme está na presente informação interna. Alguma questão, estou disponível para esclarecer. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado Senhor Vereador. Está a palavra do lado das bancadas, para quem quiser fazer uso dela. -----

Relativamente à **alínea e) Proposta 1879/2023 - Revogação da Aprovação da 2.ª Alteração ao Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Quarteira**, a Assembleia tomou conhecimento desta deliberação da Câmara Municipal. -----

Portanto, estamos em apreciação para votação, da **alínea f) Proposta 1888/2023 - Aprovação da 2.ª Alteração do Auto de Transferências do Município de Loulé para a Freguesia de Quarteira**. Algum dos Senhores Deputados pretende usar da palavra? Assim sendo, iremos passar à votação da alínea f). -----

Quem vota contra? Quem se abstém? Foi **aprovada por unanimidade**. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

g) Proposta da Câmara nº 1896-2023 [GAP] - Deliberação/Informação relativa à TRANSMISSÃO INTRAGRUPO DAS AÇÕES DETIDAS PELA VILAMOURA LUSOTUR, S.A NO CAPITAL SOCIAL DA INFRAMOURA, PARA A VILAMOURA WORLD, S.A. – SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ; para deliberação;

O **Presidente da AML** disse. Vamos passar à apresentação da alínea g) e antes de dar a palavra ao Executivo, referir que vos foram enviados esclarecimentos adicionais por parte da Mesa. Uma vez que, da forma que a proposta foi elaborada, tornava-se impossível entender as várias situações envolvidas e o alcance das mesmas. Portanto, penso que depois de informação que vos foi enviada, fica claro qual foi o procedimento que culmina com esta Proposta de aprovar a transmissão intergrupo das ações tidas pela Vilamoura Lusotur, para a Vilamoura World. Tem a palavra senhor Vereador David Pimentel. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Vereador David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite novamente. Esta Proposta que vem aqui para submeter à Assembleia, tem a ver com a transmissão intergrupo das ações da Vilamoura Lusotur para a Vilamoura World. No mês de março a Câmara Municipal de Loulé recebeu um ofício, do Conselho de Administração da Inframoura, onde a empresa Vilamoura World, que adquiriu a empresa Lusotur, pretendia alterar as ações no seu título nominal, da empresa anterior para a empresa nova que foi adquirida. Houve um processo de negociação uma vez que o município tinha o direito de preferência. Depois de esclarecido esse processo negocial a Vilamoura Lusotur, aceitou a proposta do município que numa primeira fase e é aquilo que vem para deliberação neste momento: É que haja alteração da denominação das ações que estavam anteriormente na Lusotur para a Vilamoura World e está anexado uma minuta de uma reunião, que será agora realizada no futuro, logo após esta Assembleia em que existe da parte do conselho de administração da Inframoura de até ao final do ano, o município exercer, conforme tem intenção o direito de aquisição da parte privada dos 49% pelo valor que está consagrado nos estatutos da Empresa Municipal Inframoura. Alguma dúvida, estou disponível para esclarecer. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado Senhor Vereador. A palavra está do vosso lado Senhores Deputados. Senhor Deputado, Carlos Martins do Bloco de Esquerda, tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Boa noite a todos, em seu nome cumprimento todos os presentes e as pessoas que estão em casa. A Proposta Camarária merece o nosso apoio, trata-se de uma posição política, que reforça e protege o interesse público, coincidente com aquilo que o BE vem defendendo de há muito tempo. Por outro lado, está o efeito contagiante aconselhando que o mesmo procedimento...Perdão. (Pausou para beber um pouco de água) não consigo falar. ---

O **Presidente da AML** interveio e disse: Para além da brincadeira envolvida, que é mais que legítima, é de registar o espírito cívico e de participação não só política, como social. Muito obrigado. Vamos pôr o tempo a zeros. Tem a palavra senhor Deputado.-----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** retomou a palavra e disse: Mais uma vez obrigado. Senhor Presidente, mais uma vez perdão pelo que aconteceu, mas pronto. a Proposta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Camarária merece o nosso apoio. Trata-se de uma posição política que reforça e protege o interesse público, coincidente com aquilo que o BE vem defendendo há muito tempo. Por outro lado, terá um efeito contagiante aconselhando que, o mesmo procedimento seja alargado às restantes empresas municipais Infraquinta e Infralobo, e que a sua concretização seja possível realizar até ao final deste Mandato. Sobre o futuro e funcionamento da nova Inframoura, a empresa passa, portanto, a ter capitais só públicos, passa a ser municipal, passa a não ter os constrangimentos fiscais e financeiro e de obrigações para com o município, que tinha. E, como tal, julgamos nós que terá que promover a alteração dos estatutos, promovendo a criação de um órgão consultivo do tipo Conselho Geral Representativo, onde façam parte as Associações representativas dos residentes, do turismo e das principais empresas localizadas no território de intervenção da empresa. Outra preocupação, neste momento, prende-se com as áreas onde estão instalados, o viveiro e o estaleiro onde os trabalhadores têm as suas coisas, que, neste momento, não são pertença da Empresa Municipal, portanto, são pertença do ex-sócio Vilamoura Lusotur que irá passar para um Fundo 100 trabalhadores, sem cara, sem rosto e que, de um momento para o outro poderá decidir vender aqueles terrenos. Eu julgo que estas situações terão sido salvaguardadas, havendo o interesse público, com o ex-sócio, e essas questões que nós gostaríamos de ver tratados hoje aqui, ou pelo menos, uma opinião da Câmara sobre isso. Como é que vão arranjar alternativas para que aqueles terrenos se mantenham ao serviço da Empresa Municipal. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Senhor vereador David Pimentel tem a palavra. -----

O Vereador David Pimentel tomou a palavra e disse: Boa noite, muito obrigado pelas suas questões e pelos comentários que endereçou o Senhor Deputado Carlos Martins. É verdade que neste processo negocial uma das questões essenciais foi que a empresa Vilamoura World, manter-se-á numa Comissão de Acompanhamento, especialmente no desenho do Orçamento e do Plano de Atividades da Empresa Municipal. Não só a Vilamoura World, como outros intervenientes no território conforme elencou. Um dos passos importantes para além da municipalização a 100%, portanto, ela já era uma empresa municipal, passa é a ser uma Empresa 100% Municipal, neste caso, é que, teremos uma Comissão de Acompanhamento, precisamente com essa vertente de, num momento estratégico de definição de definição de futuro da empresa em termos de plano de atividades e orçamento, poder



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

participar ativamente, com direito inclusive de votar nalguns dos principais projetos. No que diz respeito aos terrenos para os estaleiros, e naquilo que tem sido uma excelente relação com a entidade privada que durante muitos anos participou ativamente na gestão da empresa, e que neste momento chegamos a um entendimento negocial de liquidar aquilo que é a sua participação no capital, seguramente, todos os processos que daqui advém serão geridos com parcimónia, sempre observando o interesse público e aquilo que é o serviço à comunidade. Portanto, seguramente que esse entendimento haverá, também sobre os terrenos dos estaleiros. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Vereador. Não há inscrições dos senhores Deputados? Senhora Deputada, Bárbara Correia do Partido Social Democrata, tem a palavra. -----

A Deputada **Bárbara Correia (PSD)** tomou a palavra e disse: Olá, muito boa noite a todos, cumprimento no Senhor Presidente da Mesa o Executivo, senhores Deputados, público presente e quem nos vê em casa. Eu estou aqui com algumas dúvidas, porque no email que nos remeteram com os esclarecimentos posteriores referem que o município de Loulé não exerceu o Direito de Preferência. Portanto, o município exerceu o direito de preferência correto? porque é que dizem que não exerceu. Porque não aceitou o montante pelo qual estava a ocorrer a transação é nesse sentido? Muito bem. Portanto, aquilo que está a acontecer e como disse, no fundo, o que vai acontecer com a Inframoura é que vai ficar 100% detida pela Câmara Municipal de Loulé, tornando-se numa empresa unipessoal, portanto, deixamos de ter aqui dois acionistas correto? Para além disso, queria só perceber as consequências da Vilamoura Lusotur, queria vender à Vilamoura World numa decisão de simplificação e otimização da estrutura societária do grupo Vilamoura World, ou seja, lá o que isso for. Ao dizerem que a Vilamoura World, vai continuar, portanto, presente numa Comissão de Acompanhamento, em que vai na mesma ter direito de voto, parece-me a mim que aqui a Vilamoura World vai manter na mesma um poder sobre a Inframoura, correto? Portanto, ainda que não detenha as ações sobre Inframoura, ela tem um poder como se tivesse. Não é isso? O que eu quero perceber é as consequências desta participação da Vilamoura World e qual é o poder que ela vai ter sobre a Inframoura. Obrigada-----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado Senhora Deputada.




ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Os esclarecimentos adicionais, que receberam senhora Deputada foram enviados pela Mesa. Portanto não foi o Executivo que mandou, fui eu que pedi, exatamente por não perceber o procedimento. Porque na minuta tinha parte dos dados, mas não os tinha todos. Efetivamente, depois de fazer essa recolha, resolvi partilhar com os senhores Deputados. De qualquer maneira, passo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer a situação. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: boa noite Senhor Presidente, senhores Deputados, público presente publico ausente, mas público. Esta Empresa, correspondendo a um objetivo que foi tornado público quando nos candidatamos no Programa Eleitoral, de caminhar para a integração e municipalização das empresas que operavam no litoral, portanto, chegou o momento de concretizar. Olhando para Vilamoura, no seu todo, temos que reconhecer que há ali um grande player, que, portanto, tem um peso enorme, que connosco constituía a estrutura societária da Inframoura. Portanto, nós tínhamos 51% e eles tinham 49%. Neste momento, o que se passa é que, como foi muito bem explicado pelo Senhor Vereador David Pimentel, é que muda a titularidade das ações que a empresa detinha na Empresa Inframoura. Muda, porque o passo seguinte, é, portanto, adquirir por um preço também foi explicado que o preço que está, portanto, o preço original de 145 000,00€, portanto, que é o preço que está estabelecido. É evidente que num momento desses, aquele parceiro que sempre teve um papel ativo na administração, acompanhou tudo, projetos, intenções de investimento, decisões pequenas ou grandes, nós não podíamos de um momento para o outro dizer, "olhe nós vamos adquirir isso e os senhores, a partir de agora ficam de fora". Nós podíamos fazer pelo facto de a empresa ser 100% municipal, mas achamos que isso não tinha sentido, porque eles detêm "Know How", têm ali um peso muito importante em tudo, toda a atividade económica que acontece naquele território e, portanto, era de bom-tom, consideramos nós num quadro negocial que existiu, de continuar a considerar as suas opiniões e, para isso, foi criado este conselho, esta Comissão de Acompanhamento da atividade da empresa. Agora, não terão o poder de votar, contrariamente, aquilo, mas não votarão, acompanharão, não votarão. Porque, não há lugar a voto, digamos, nós somos o único sócio daquela empresa, é uma Empresa Municipal, mas há aqui esta nuance, que precisava de ser esclarecida. Agora, faz todo o sentido continuar a acompanhar, até porque uma das motivações que presidiu a esta intenção da Câmara tornar aquela Empresa 100% Municipal, foi, como todos sabemos, uma questão levantada pelo Tribunal de Contas, no momento em pretendemos contrair um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

empréstimo. e que lhes foi chamada a atenção e foi uma leitura nova do Tribunal de Contas, uma interpretação nova até aqui, nunca tinha aquela interpretação tido lugar e teve. A partir daí, nós percebemos que qualquer investimento futuro, no território de Vilamoura, iria esbarrar no mesmo problema. Portanto encontrarmos o caminho, o acionista percebeu o que é que estava em causa e nem sequer foi muito difícil nos entendermos. Mas, como disse e termino com esta ideia, para a Senhora Deputada perceber que, quem esteve desde o início connosco a gerir um território numa situação de parceria em que nós detínhamos a maioria do capital e, também tínhamos alguma liberdade e preponderância naquela sociedade, mas considerávamos, e acho que devemos continuar a considerar, a opinião da Vilamoura World, e é isso que vamos continuar a fazer através deste órgão que vai ser criado para ouvir. É evidente que vão haver outros "Players" nesta Comissão de Acompanhamento, não é só a Vilamoura World. Vamos abrir aqui ainda a possibilidade de mais 3 ou 4 investidores de referência, naquele território que tenham peso, também para os trazer para uma cogestão. No fim, ou final é disso que estamos a falar, de uma cogestão daquele território. Acho que as coisas feitas em parceria, ouvindo-nos uns aos outros, resultam muito melhor. E o que nós queremos é adaptarmos a uma necessidade que temos, tendo em conta os investimentos permanentes que aquele território vai precisar de ter no futuro, como qualquer território do nosso município. Os investimentos são sempre uma necessidade constante e seria boa trazê-los para o processo de auscultação, de perceber se concordam, portanto, vamos continuar num processo de quase cogestão a ouvir a Vilamoura World. Basicamente é isto que eu queria esclarecer. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado Senhor Presidente. Passo a palavra à Deputada Sandra Castro do Partido CHEGA, tem a palavra. -----

A Deputada **Sandra Castro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite, Senhor Presidente, e na sua pessoa cumprimento todos os que estão aqui presentes e os que nos assistem lá em casa. Nós temos uma dúvida em relação a todo este processo, e a questão que se coloca e que nós não entendemos, e que gostaríamos que nos tentassem explicar. A Câmara passa a ter o domínio, a percentagem, total de 100% disto. O que nós não entendemos é, na passagem destas ações, que a Câmara tem o direito de preferência o valor que é pedido são 980 000,00€. Qual é a razão? Ok, a Câmara não exerce o direito de preferência, o valor passa para 159 000,00€ e no fim de dezembro, a Câmara então compra as ações. Imaginemos que há alguém que quer comprar por 980 000,00€? Há outra questão, se me permite antes de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

responder à primeira questão, tenho outra que está no mesmo seguimento. E porquê este diferencial tão grande de preço? 980 000,00€ para 159 000,00€? E há outra questão, já que a Câmara passa a deter 100% disto, todos os investimentos que se passarem são da responsabilidade total da Câmara Municipal de Loulé. Todo o investimento é da Câmara Municipal de Loulé. Portanto, gostaria se me pudessem explicar esta situação. Agradecia. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado Senhora Deputada. Senhor Vereador David Pimentel, tem a palavra. -----

O **Vereador David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado pela sua questão Senhora Deputada Sandra Castro. Aliás, eu já tinha solicitado a palavra, porque creio que a Senhora Deputada Bárbara Correia, também tinha lançado uma questão semelhante sobre aquilo que é o Direito de Preferência, o exercício ou não. De uma forma muito simples, na altura da transação das ações, é obrigatório que a empresa que participa no capital social dê informações ao município de que vai fazer essa transação das ações. E nesse momento, ao abrigo dos Estatutos está consagrado o Direito de Preferência ao Município, por ser uma Empresa Municipal. A valorização da proposta que é feita pela Vilamoura World, neste caso é de 980 000,00€, porque, calcularam o valor do capital social da empresa, que inclui resultados transitados, também de acordo com os estatutos, não há dividendos, não há distribuição de dividendos, acumula no valor da empresa. E entenderam que, o valor da transação dever-se-ia proceder por 49% do total do capital social. O Município, conforme eu disse na intervenção, não fui assim tão explícito e agora estou a ser mais explícito, encetou um processo de negociação com o Vilamoura World. E retorquiu dizendo que, nos estatutos, conforme está creio eu, na informação que chegou ao Senhores Deputados ou aos Líderes de Bancadas, de acordo com o n.º 2 alínea b), do artigo 24.º do Estatutos da Vilamoura, as ações poderiam ser adquiridas pelo município a cada 10 anos, pagando um valor de 130% sobre o valor nominal das ações, que perfaz precisamente os 159 250,00 €. Essa foi a proposta realizada pelo município, e a Empresa Municipal entendeu transacionar para o município com o valor que está consagrado nos estatutos e que, enfim, como Empresa Municipal assim seria. Sobre a questão dos investimentos, pois, uma Empresa sendo 100% Municipal, a flexibilidade que o município tem de intervir naquele território é muitíssimo maior, temos uma maior amplitude e é isso que queremos. A municipalização vai-nos permitir intervir com outra capacidade, que outrora não tínhamos, até porque compreenderão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

havia 49% de interesse privado numa empresa municipal e que intervinha sobre o território. Agora, é uma Empresa 100% Pública e a capacidade do município de apoiar esta empresa nas suas intervenções no território é total porque é uma extensão da Câmara. Muito Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, Senhor Vereador. Tem a palavra o senhor Deputado João Carlos Santos do Partido Social Democrata. -----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento a Assembleia e quem nos está a assistir. Realmente sobre esta matéria, esta municipalização que está a acontecer, realmente o PSD entende que é importante deixar-se aqui uma proposta, uma recomendação, digamos assim, que havendo essa amplitude, havendo essa disponibilidade, que passa a existir agora, que a primeira medida a ser tomada, que efetivamente seja a modernização e limpeza daquelas instalações que estão na Zona Industrial, penso eu que funciona como estaleiro, porque realmente, elas são veladoras, elas são degradantes. Não dignificam, nem o município nem a Vilamoura, e gostaríamos de deixar aqui este registo para que fosse feito algo o mais rapidamente possível. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Fica a recomendação. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins do Bloco de Esquerda. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Portanto, segundo percebi das explicações dadas pelo Executivo, agora a Assembleia vai autorizar somente a transmissão das ações entre grupos. A questão que se põe é que, se a sócia da Empresa Municipal é a Vilamoura Lusotur. Como é que depois nós vamos comprar a Vilamoura World? Isto em termos jurídicos, não estou a ver outra coisa. Depois do negócio estar feito, o assunto voltará à Assembleia Municipal para autorizar a compra das ações, e a seguir a aprovação da Alteração dos Estatutos. Ok obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Vereador David Pimentel. -----

O **Vereador David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado Senhor Presidente. Só um esclarecimento, a aquisição é feita à Vilamoura World e não á



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Lusotur. Aliás, a deliberação aqui é a transação das ações da entidade antiga, que neste momento não existe a não ser juridicamente. Porque ela foi adquirida pela Vilamoura World, o título nominal das ações está na antiga empresa que foi adquirida. Aquilo que vem aqui à Assembleia é precisamente isso Senhor Deputado, é a deliberação da Assembleia Municipal, das ações passarem do título denominativo Lusotur para a Vilamoura World, e a aquisição que está aí subjacente, diminuta de uma forma de transparência e inequívoca para a Assembleia. Vem logo anexado ao processo, de que a intenção do município até ao final do ano celebrar a aquisição. Aquisição essa que há que tramitar natural e previamente, pela Assembleia Municipal, e faremos tudo para que seja já rapidamente celebrado. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Antes disso, eu gostaria só de perceber um bocadinho melhor a questão que há bocado foi levantada dos terrenos, dos escritórios, dos estaleiros e dos viveiros. Porque eu não percebi, se já estava alguma coisa articulada com a Vilamoura World ou se será para negociar no futuro. Tem a palavra Senhor Vereador David Pimentel. -----

O **Vereador David Pimentel** tomou a palavra e disse: Os estaleiros e os viveiros, isto é, os terrenos que hoje serão ocupados pelo exercício da atividade da Empresa Municipal Inframoura, e que não sejam da sua posse, serão negociadas ou procuradas alternativas. Neste momento não existe neste processo negocial, fechado ainda, algo que é uma ocupação que tem sido um entendimento entre as duas empresas municipais. A nossa prioridade foi, uma vez que foi despoletado o processo da alteração das ações, fazer aquilo que era estratégico em relação ao município que é a municipalização da empresa e agora decorrerão vários processos, jurídicos, técnicos e de negociação, eventualmente de alguns imóveis que, não estando na posse da Inframoura, terão que ser negociados. -----

Eu francamente, não sei, julgo que não é a totalidade nem dos estaleiros nem dos viveiros, mas é uma informação que não consigo neste momento, dizer-vos quando é que será resolvida, mas com certeza, no clima de boas relações institucionais e de negociação será um entendimento fácil de obter, se estrategicamente pelo Conselho de Administração da Inframoura fizer sentido manter aquelas estruturas da forma como estão e com a ocupação de terreno que estão. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vereador. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins do Bloco de Esquerda. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Portanto, aquilo que a gente sabe é que a Lusotur não acabou. A Vilamoura Lusotur, a Empresa existe, tem funcionários, e neste momento, está num processo de transformação num Fundo que aguarda autorização da Comissão de valores da bolsa para esse fim. Portanto, todos os trabalhadores da Lusotur o que está em jogo e que vão passar para a Vilamoura World, que depois a Vilamoura World vai ser só uma plataforma que, depois todos os trabalhadores vão ser alojados numa empresa de trabalho precário, de contratação de mão de obra que é a Nortefin. Isto é o que está delineado estrategicamente para essas empresas. Para mim o que me interessa é realmente a Empresa Municipal. E neste assunto, esta salvaguarda dos terrenos onde a empresa exerce atividade, é importante, porque senão de um momento para o outro, o Fundo pode querer construir lá, e como não há nenhum contrato escrito, nem de comodato, nem de aluguer, nem de cedência, portanto, de um momento para o outro isso pode caducar e a Empresa Municipal vê-se na contingência de ter que agarrar nas malas, porque a gente sabe que estes fundos são fundos abutres, que não respeitam muito a teoria democrática, querem é o lucro, e que de um momento para o outro, podem-se lembrar, não, olhe a gente precisa de esse terreno para urbanizar. E segundo consta, há um processo de alteração do Loteamento na Zona Industrial, que talvez o Senhor Presidente, saiba ou possa vir a saber em que a Vilamoura pediu alteração de 3 lotes para construção e que estaria predisposto a ceder X espaços que é o da zona industrial. Portanto, eu estou convencido que este processo vai ser bem seguido e nós vamos aprova-lo, vamos dar a nossa aprovação a essa transmissão. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Mais algum dos senhores Deputados pretende usar da palavra? Tem a palavra Senhor Presidente. --

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado Senhor Presidente. Houve aqui várias afirmações que me obrigarão a mim, a clarificar. Portanto, não há aqui nenhuma certeza, porque, são questões que surgiram e que não tinham até este momento sido levantadas. Que é, de facto, se o viveiro, e se o terreno onde as instalações da Vilamoura World, se fazem ou não parte do capital, que nós, da Empresa que nós queremos agora. Não sei, desconheço, vou ver, vou esclarecer. Até porque esse é um aspeto importante e obrigado, porque o levantaram. Há um projeto, aliás, nós temos vindo a renovar as instalações dos trabalhadores de todas as Infras. A última que falta, é exatamente da Inframoura. Porque, quer na Quinta do Lago, quer no Vale do Lobo, houve digamos, investimentos grandes no sentido de dignificar o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

local de trabalho destas pessoas. E, portanto, eu queria que ficasse com essa nota, porque, me parece que é uma questão pertinente, e para a qual o Executivo Municipal, articulando com as Empresas Municipais, têm vindo a prosseguir ao longo do tempo. Era isto que eu queria dizer. Sobre a questão também, sei que irão ser lançadas obras muito em breve, na área industrial de Vilamoura, do ponto de vista urbanístico, os arruamentos, as infraestruturas estão num estado de degradação muito grande e esse é já um concurso que irá ser aberto, até porque há projeto também para isso, porque aquela área empresarial está, como todos sabemos, numa situação de degradação que não pode continuar. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado Senhor Presidente. Eu penso que outra questão que também nos pode deixar a todos mais tranquilos é que, no fundo a capacidade para autorizar a construção de seja o que for naqueles terrenos é da Câmara Municipal. Portanto, fazer coisas à revelia, será extremamente difícil por parte mesmo desses fundos poderosos, que foram referidos. Mais alguém pretende usar da palavra? Ou ponho a proposta à votação? -----

g) - Proposta da Câmara nº 1896-2023 - Transmissão Intragrupo das ações detidas pela Vilamoura Lusotur, S.A no capital social da Inframoura, para a Vilamoura World, S.A, para deliberação; -----

Quem vota contra? Quem se abstém? foi **aprovada por maioria**, com por 33 votos a favor (21 PS, 8 PSD, 1 BE, 1 CDS 1 CDU, 1 PAN) e 2 abstenções (CHEGA). -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

h) Proposta da Câmara nº 1552-2023 [GAIQ] - Deliberação/Informação relativa à APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS (2022) - PARA CONHECIMENTO E ENVIO À ASSEMBLEIA; para conhecimento; -- -----

O **Presidente da AML** disse; portanto, a alínea seguinte, é a alínea h), todas as alíneas daqui para a frente são exclusivamente para conhecimento. Não haverá mais votações nesta nossa sessão e a alínea h) é a **Proposta 1552/2023 Apresentação do relatório de Monitorização e Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, 2022, para conhecimento**, desta Assembleia. quem é que usa da palavra Senhor Presidente? Senhora Vereadora Marilyn Zacarias, tem a palavra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A **Vereadora Marilyn Zacarias** tomou a palavra e disse: Boa noite, Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento a Mesa e todos os presentes e que nos acompanham em casa. Trazemos aqui o Relatório para conhecimento, do nosso Relatório de Monitorização do Plano de Prevenção de Risco de Corrupção e Infrações Conexas. Este é um instrumento de controlo e gestão do risco interno, quer isto dizer, da possibilidade de ocorrência de algum evento com impacto nos objetivos da organização e respetiva atividade. O Plano é um programa de cumprimento normativo, que visa prever detetar e sancionar atos de corrupção e infrações conexas, levadas a cabo, contra ou através do Município. O Plano está na sua 3.^a versão, aprovado em Reunião de Câmara em dezembro de 2020, e aprovado por esta casa numa Assembleia Extraordinária, no dia 1 de março de 2021. Relativamente ao Relatório da Execução do Plano de Prevenção de 2022, esta foi a reunião de Câmara em julho de 2023, encontra-se disponível na intranet e na internet no site da Câmara. Foi remetido ao Mecanismo Nacional de Anticorrupção num ofício de 17 de agosto de 2023 e divulgado aos trabalhadores via e-mail pelo Senhor Presidente em 22 de agosto de 2023. O Plano de Prevenção de Risco de Corrupção e Infrações Conexas, é aprovado em dezembro de 2020 e foi aplicado e monitorizado durante os anos de 2021 e 2022. Com a participação dos dirigentes, foi elaborado o relatório, de onde refletem o grau do cumprimento das medidas pelas respetivas Unidades Orgânicas. Manteve-se para 2023, à semelhança do Plano anterior, o respetivo acompanhamento das medidas propostas do mecanismo de controlo pelas unidades orgânicas. Portanto, mantivemos o mesmo sistema, com as devidas, formações também de acompanhamento aos trabalhadores. De acordo com o Decreto Lei 109/2021 de 09 de dezembro, diploma que criou o mecanismo Nacional de Anticorrupção, estabelece o Regime Geral de Prevenção de Corrupção e a Execução do Plano. Está sujeito ao controlo com a elaboração do relatório de avaliação intercalar das situações identificadas no risco elevado ao máximo. O Relatório, este que foi enviado, como referi anteriormente em agosto de 2023. Para o ano em curso, foi solicitado aos dirigentes e foi enviado um e-mail com o pedido da matriz do Plano, que refere a sua execução do ano de 2023, com o respetivo acompanhamento das medidas identificando o risco elevado a equipa de controlo interno para monitorização até o dia 30 de setembro. Neste momento estamos a aguardar que todos os dirigentes nos remetam as matrizes, com a informação de execução do plano para podermos preparar o novo Relatório. Esta matéria é da responsabilidade de todos os dirigentes, sendo que a responsabilidade de cada um é a implementação e monitorização do referido Plano de Prevenção de Risco de Corrupção e Infrações Conexas. Foram realizadas como já disse anteriormente, foram realizadas formações e seminários para manter os trabalhadores atualizados. Temos umas áreas nas quais conseguimos a implementação total ou parcial nos 100% das medidas. Temos outras áreas, e isto está tudo no nosso relatório, donde estivemos abaixo dos 80% da execução, e simplesmente tivemos 6 que não conseguimos ter implementadas. De forma geral o Plano apresenta um bom resultado. Nós conseguimos ter 86,82% de eficácia e, portanto, não eficácia 13,18%.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Nós estamos a preparar no próximo ano de 2024, deveremos fazer uma revisão que está prevista na Lei, de 3 em 3 anos fazer uma revisão do Plano. Fico ao dispor. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, Senhora Vereadora. Têm a palavra os Senhores Deputados. Tem a palavra a Senhora Deputada Alexandra Brito do Partido Social Democrata. -----

A Deputada **Alexandra Brito (PSD)** tomou a palavra e disse: Boa noite Senhor Presidente da Assembleia, cumprimento o Senhor Presidente de Câmara e o Executivo, Senhores Deputados e o público que nos acompanha em casa. No que se refere ao Relatório de Monitorização e execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações, consideramos que o documento apresenta muitos gráficos, muitos números e pouca informação. Não estando uma enorme falta de transparência sobre um tema que deveria transmitir exatamente o oposto. A título de exemplo, ao analisarmos um gráfico relativo ao número de riscos e ao número de medidas, se olharmos para a área de contratação pública, verificamos que há 6 riscos e 17 medidas, sendo que, dessas 17 medidas, apenas 6 foram totalmente implementadas e as restantes 11, foram parcialmente implementadas. Pretendemos saber quais as medidas que foram totalmente implementadas e quais as medidas que foram parcialmente implementadas, dado que o relatório é omissivo e não especifica. O que se deve entender com a denominação de parcialmente implementada? Outro exemplo, ao analisarmos um gráfico relativo à eficácia das medidas retiramos que, por exemplo, na área do urbanismo, cerca de 76% é eficaz e apenas 23% não é eficaz. Como é que é aferida a eficácia de uma medida? E esta eficácia é relativa às 15 medidas implementadas ou às 15 medidas parcialmente implementadas? Mais uma vez, não é especificado em concreto quais as medidas que foram implementadas, e quais são as justificações que são dadas e aceites, para a não implementação das medidas. Temos a lamentar a inexistência de qualquer referência à proposta do PSD aqui votada, por unanimidade, relativa à realização de auditorias. Consideramos ainda que o número de formandos que recebeu formação, é manifestamente insuficiente, já que foram apenas 224, os formandos em 5 anos, no período entre 2018 e 2022. Valor este muito baixo para o universo que compõem as atividades do município. Para além disso, temos dúvidas quanto à eficácia da disseminação do tema entre colegas ou dirigentes, como a Senhora Vereadora disse. É um tema sensível que merece um maior detalhe na informação que é transmitida. Muito obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado Senhora Deputada. Quem é que vai usar da palavra Senhor Presidente? Senhora Vereadora Marilyn Zacarias tem a palavra. -

A **Vereadora Marilyn Zacarias** tomou a palavra e disse: Vou tentar responder ao máximo possível, porque realmente foram aqui uma série de perguntas ao mesmo tempo. É assim, nós temos, para já começar aqui, há uma observação do Plano de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

2018/2022. Nós estamos a fazer aqui o nosso Relatório do ano 2022, não é? Nós estamos aqui a fazer o nosso Relatório do ano 2022, que é o que está neste momento, 2023 ainda estará para ser realizado. Número de formandos, não nos podemos esquecer que estamos este ano de 2018/2022, como é aqui referido, passamos também pela pandemia, coisa que não foi possível fazer com os trabalhadores as formações nem sequer também a monitorização como devia ser. O Plano ficou num estado de, não diria standby, porque ele não ficou, mas com menos forma de chegarmos também ao controlo com os trabalhadores. Porque, não tínhamos, um contacto direto ou os dirigentes, não tinham o contacto direto presencial com os trabalhadores. Quando nós referimos, se é parcial ou se é total, isso é parcial, é que não foi totalmente conseguido na totalidade a sua elaboração. Nós quando elaboramos o Plano, os dirigentes, nós fizemos a reunião, eles trazem-nos as propostas, o que é que eles em cada Divisão encontram como um possível risco de corrupção e depois também acompanhamos aqui as medidas, o que é que é realmente se consiga quantificar a execução destas medidas e o que é que não se consegue. Nós temos aqui a contratação pública, tivemos um resultado, com um total ou parcial execução. Temos no Urbanismo, também temos a Fiscalização, as Obras Municipais, a Gestão de Pessoas, onde nós temos menos execução que é abaixo de 80% foi na Proteção Civil e foi no Bombeiros, áreas que não conseguiram dar-nos a informação e, por isso é que isto é um Plano e nós estamos a trabalha-lo e estamos a pedir as melhorias do mesmo de onde não se consegue chegar que o ideal seria termos os 100% de medidas implementadas. É obvio que é um Plano também para nós, começa neste momento, a partir do ano transato é que se começou a desenvolver. Tínhamos um Plano muito extenso e criámos um novo Plano com medidas mais exequíveis de forma de poder ser real difícil de chegar e dos dirigentes conseguirem monitorizar e daí, que neste momento, estamos em construção do Plano e também nos leva a ter aqui as medidas, como disse, esta dificuldade de nós mesmos conseguir detetar quando é total ou quando é parcial a sua implementação. Sendo que, fazem-se constantemente as reuniões com os dirigentes, e eles vão-nos dando nota e nós tentámos também melhorar. Daí a apresentação no Relatório, no qual vamos dar indicações ou vamos tentar melhorar o que não está correto. Tinha-me referido 6 medidas não implementadas. Nós temos aqui não implementadas 6, que representam 1.88, do total das medidas, e as medidas não implementadas 8, que representam um encontro de estudos significativos dos 24%, isto é, tivemos serviços, é verdade, que não conseguiram dar-nos resposta do cumprimento do Plano. E agora, cabe-nos a nós neste Relatório fazermos as propostas de recuperação desta falta ou esta ausência de resposta, porque é verdade, temos serviços que não conseguiram responder ao nosso pedido. Estamos aqui a trabalhar o plano precisamente para evitar. Referia-se que não tinha sido considerada as auditorias? Nós temos este Plano que decorre dentro do Gabinete de Auditoria e Qualidade da Câmara e é este gabinete que nos monitoriza e que organiza o processo todo. Existe uma auditoria, ou seja, muitas destas áreas estão incluídas, na auditoria da qualidade, que todas as Divisões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

ou Unidades Orgânicas que se encontram nas áreas de maior implementação de todas estas que estão dentro da qualidade da Câmara, das divisões que incorporam a qualidade e que estão certificadas pela qualidade. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado. Tem a palavra Senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu queria apenas dizer que a Câmara Municipal de Loulé, tem feito um progresso rápido relativamente à implementação deste Plano, reví-o, comecei a implementá-lo de uma forma mais sistemática. Não estamos ainda no grau perfeito que todos gostaríamos. Mas o que é justo aqui salientar e eu devo fazê-lo, é que tem havido, de facto, um trabalho sistemático nesta área. Sobre o que é risco ou sobre o que é parcialmente ou totalmente cumprido, na página 6 do relatório encontram lá a referência a isso, não sei se a Senhora Vereadora disse, ou se referiu ou não. Portanto, introduzimos também uma nota, conta para a avaliação das chefias, conta para avaliação, se respondem ou não às questões que são colocadas no âmbito do cumprimento do Plano. Porque, todas as chefias têm obrigações relativamente à prevenção dos riscos de corrupção. Temos tido respostas desiguais, mas temos tido uma alta percentagem já, de respostas e de colaboração. É um caminho que tem sido um caminho ascendente, e eu, permita-me que lhe transmita o meu sentimento como líder deste Executivo, que temos trabalhado bem neste campo, embora reconheça que até aos 100% já não falta muito, mas estamos no bom caminho. Portanto, isto não é uma coisa muito antiga, esta questão de implementação dos Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção, após a sua revisão mais recentemente é que começamos, de facto a olhar para esta responsabilidade com muita atenção e muito focados. Porque de facto, não queremos que haja aqui, lugar a qualquer interpretação e, como disse, que é uma coisa pouco transparente. Pode não estar totalmente cumprido, os 100%, agora falta de transparência, é coisa que não encontra neste Relatório, isso posso-lhe transmitir. Agora, faz falta fazer mais, sim faz falta e nós estamos a fazer mais. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado Senhor Presidente. Eu antes de passar a palavra à senhora Deputada seguinte, eu gostaria de fazer 2 sugestões, uma ao Executivo e outra ao PSD. Ao Executivo, é que o Anexo 1 das matrizes de monitorização sejam enviadas à Assembleia, num outro formato que não o do Relatório, porque ele é perfeitamente ilegível quando se abre. Desfoca ao abrir, portanto enviar num outro ficheiro para que nós possamos mandar aos grupos municipais. A outra é ao PSD, que é, que ponha por escrito as questões que foram levantadas e que penso que algumas ficaram por responder pela senhora Vereadora e que de facto, foram muitas, e algumas com um tipo de profundidade, que atendendo à quantidade de informação provavelmente escapou na resposta. E elas sendo postas por escrito será mais fácil ao Executivo organizar a resposta, Porque sobre esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

matéria e o Senhor Presidente também já reafirmou a mesma coisa, acho que somos todos unânimes, esta é uma matéria que não tem que deixar dúvidas, e que tem de ser de transparência total e de convergência total de todos nós. Tem a palavra a Senhora Deputada Bárbara Correia do GM do PSD. -----

A Deputada **Bárbara Correia (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite. Muito obrigada, Senhor Presidente. Eu acho que quem ouve a Senhora Vereadora, fica com a sensação que entrou ontem para o Executivo. É o que me parece, foi ontem que entrou, e, portanto, está a deparar-se agora com este problema. E depois usarem a desculpa, permitam-me, porque é uma desculpa da pandemia, é a pior desculpa que podia ter utilizado e eu vou-lhe explicar porquê. Há formações online, se os trabalhadores estavam em casa e, portanto, não podiam exercer as suas funções como o faziam, então, se calhar, este Executivo devia ter utilizado o seu tempo e ter feito formações online. As pessoas não têm que estar presencialmente para receber formações sobre um tema como o combate à corrupção. Portanto, não me venha falar da pandemia e com as desculpas, assuma a sua responsabilidade, e que efetivamente há muito a fazer, e falar em perfeição no estado deste Relatório é uma utopia, porque isto está longe da perfeição, completamente longe. Depois aquilo que a minha colega de bancada quis perguntar era, ah então, mas uma medida implementada e uma medida parcialmente implementada é porque não foi totalmente implementada. Desculpe, mas isto é o quê? É a Primária? Não, o que nós queremos que nos diga, é um exemplo concreto. Eu estou a falar! quando falam desse lado, eu respeito-vos, estamos a viver em democracia! -----

O **Presidente da AML** disse: Senhores deputados, desculpe-me que a interrompa senhora Deputada, compete-me a mim, garantir a ordem dos trabalhos. Se eu não considero que essa ordem, esteja a ser alterada, os Senhores Deputados, se discordarem de alguma coisa da Mesa, fazem um Ponto de Ordem à Mesa, para que a Mesa, tome uma outra posição, de que não aquela que está a tomar. Eu acho mais importante que aquilo que a Senhora Deputada está a dizer, do que o tom em que está a dizer. E acho que é aí que nos temos que centrar embora, senhora Deputada, também um bocadinho mais de calma e contenção seria benéfico, para que a sua mensagem passasse. -----

A Deputada **Bárbara Correia (PSD)** retomou a palavra e disse: Peço desculpa, senhor Presidente e peço desculpa a esta Assembleia, pelo tom que eu utilizei, mas, de facto, quando brincam connosco, é incómodo e, portanto, continuando, eu vi que foram muitas questões para a Senhora Vereadora, a Senhora Vereadora, está claramente desconfortável com este assunto, e portanto, eu vou-lhe fazer duas questões, somente. Primeira, queremos um exemplo prático que me dê só um exemplo, note, de uma medida que lhe tenha chegado e que estava parcialmente implementada. Dê-nos um exemplo concreto! olhe, veio esta medida, não foi aplicada totalmente, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

aconteceu isto! Dê-nos um exemplo! E depois gostava que me desse 3 medidas que foram aplicadas na área do urbanismo, dê-me 3 exemplos! Eu acho que essas medidas deviam estar descritas, tal como os riscos, descrito, uma descrição do que é que estamos a falar. E, por último, falar aqui que passou completamente ao de leve, é que se bem se recordam, foi aprovado nesta Assembleia por unanimidade, a realização de uma Auditoria Externa, porque esta bancada do PSD considera que é essencial que se a faça e é com, enfim, é com pena que verificamos que neste Relatório não vem qualquer referência, fazem uma referência a uma Auditoria Interna, mas não falam das Auditorias Externas que foi votado aqui, que é necessário e que é imparcial. Portanto, dito isto, este Relatório é fraco, tem que ser melhorado e está longe, muito longe, seja lá o que for a perfeição. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigada Senhora Deputada. Senhora Vereadora Marilyn Zacarias, tem a palavra. -----

A **Vereadora Marilyn Zacarias** tomou a palavra e disse: Obrigada Senhor Presidente. Primeiro esclarecer a senhora Deputada Bárbara Correia, é assim, acho que a arrogância com que a Senhora se dirige a este Executivo não é admissível. Portanto, responsabilidade sim! Não estou cá há dois dias, não! Felizmente estamos cá, eu estou cá há 6 anos! Este Executivo tem 15! Está no terceiro mandato. Portanto, é assim desde que eu estou cá, e não posso falar de quando não estava, sou eu a responsável deste Plano. Não me sinto, como a Senhora Deputada diz, que não estou à vontade, quase que me disse, que não estava dentro deste Pelouro, que é meu! Estou sim, não tenho medo nenhum de estar aqui a falar nem da sua arrogância, desculpe lá que lhe repita novamente, porque senti mesmo isso da sua parte! Portanto é assim, longe da perfeição, é verdade! Não somos todos perfeitos. E já agora, acho que se a senhora Doutora, é perfeita, Parabéns! Ler o Relatório, se nós, lêssemos o Relatório, e está ali muitas das coisas que estão a perguntar, estão dentro do Relatório. Agora vir aqui, como é hábito a querer que seja dito coisa por coisa, do que está no Relatório, também me parece que não é pertinente. Exemplos de medidas a tomar, por exemplo pede-me 3, ou 2 ou 1, não me parece que tenha que dar aqui agora 3 ou 2 ou 1, mas sim, lembro-me um exemplo de acompanhamento que sejam tomadas como medidas. Num processo de fiscalização, normalmente o que é que se pede? E está dentro de uma medida que um Fiscal não se dirija sozinho, passe a redundância, a fazer uma ação de fiscalização. Se por algum motivo, não foram os dois, ou porque não estava cá mais que um fiscal, considera-se que não está completamente implementada essa medida. Porquê? Porque o que se previu era que fossem dois trabalhadores e não um. Isso acontece porque nem sempre também temos cá, o número de pessoas. No urbanismo, um exemplo de medida no urbanismo, que o atendimento seja também feito com outro colega o acompanhamento. Algumas das vezes, acredito que algum dos Arquitetos não tenham outra pessoa e não se consegue cumprir a medida. É este tipo de medidas, que estão no Plano e que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

prevê que nunca seja um munícipe atendido sozinho. E isto é uma das medidas. Analisar processos normalmente são analisados também por um Técnico e depois passa para outro superior. Não há num Processo de urbanismo, um despacho único. Existe uma linha orientadora, é quem faz o primeiro técnico que faz o seu atendimento do Processo, passa para um superior hierárquico e depois temos o Diretor de Departamento, falando obviamente da Diretora Municipal e Senhor Presidente. Portanto, há uma sequência aqui que deve ser cumprida e isso está dentro do Relatório. É esse mecanismo que faz e que nós conseguimos em muitas situações ou tentar estamos a tentar conseguir, que se vá suprimindo e que estão dentro das medidas. Isto são as medidas, um género de medida que se implementa no Plano. Portanto, é mais ou menos isto, não sei se tem alguma outra pergunta? Estou ao seu dispor. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado Senhora Vereadora. Sim, antes de passar a palavra, alertar o Executivo que já esgotou o seu tempo e eu atendendo à importância da matéria, não interrompi, mas convém que o Executivo peça tempo, para poder responder. Senhor Deputado Carlos Martins, BE. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Obrigado. Este Relatório merece algumas considerações e algumas notas. Por um lado, salientamos com agrado por sermos um município imune aos efeitos e tentações da corrupção, ou outras infrações conexas, uma vez que neste Relatório, não é frisado um único caso, nem sequer os casos que foram motivo de averiguação. Por outro lado, registamos com desagrado a insuficiência do cumprimento das medidas previstas em relação às implementadas. Consideramos também que em relação à formação dos funcionários, foi diminuta em 2022 e no período de 2018 a 2022 É realmente um número, tendo em consideração o número de trabalhadores que esta empresa tem, é muito pouco. Tanto mais que o teletrabalho foi uma coisa que foi implementado durante 2 anos que as pessoas tiveram em casa, uma parte deles e podiam ter aproveitado pelo menos para serem formados, não o foram, a culpa não é dos trabalhadores. Há um Quadro da página 7, de avaliação, pensamos que feito por um grupo de trabalho, da avaliação interna que tem várias colunas e comparámos as medidas previstas com as implementadas. Na vertente de administração, previstas 45 medidas, executadas 21. Na Gestão de Pessoal, 44 medidas, 26. Na Contratação Pública, 17, 6. No Urbanismo, 30 medidas, foram aplicadas 15. Realmente, há zonas, áreas da atuação municipal, onde as medidas foram aplicadas praticamente quase com as previstas, no caso da Fiscalização, nas Obras Municipais, obrigado, Senhor Vereador Abilio, no Ambiente também. no Ambiente, também, só era 3 medidas, foram aplicadas 2, também não era muito difícil de aplicar. Portanto, estes indicadores são importantes para se perceber o nível de empenhamento da Autarquia na prevenção à corrupção. Quanto a nós, acho que terá que haver muito mais atenção e muito mais rigor nesta matéria. Obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** disse: Obrigado senhor Deputado, não fez nenhuma pergunta em concreto pois não? Não sei se o Senhor Presidente, pretende alguma observação sobre esta intervenção? Tem a palavra o Senhor Deputado, João Carlos Santos do GM do PSD. -----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Presidente. Realmente e vindo também em defesa daqui da minha colega de bancada Bárbara Amaral, Senhora Vereadora, arrogância, é a forma como este Executivo olha para os munícipes. Quando daqui a bocado, há quase um ano que foi aprovada aqui nesta casa a Auditoria às Contas e realmente ainda não aconteceu nada. É este o tipo de escrutínio, que os munícipes do nosso concelho merecem da vossa parte? Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Senhor Presidente, por uma questão de gestão de tempo, e como já tem pouco, pretende falar no final para responder a todas as questões que os Senhores Deputados tenham levantado? Não havendo inscrições. alguém deseja falar sobre este assunto? A seguir à intervenção do Senhor Presidente, passaremos à alínea seguinte. Portanto alguém que queira falar sobre este assunto se inscreva agora e fale agora.-----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: muito obrigado, Senhor Presidente. Que fique claro, nós estamos a trabalhar a fazer aquilo que nos é possível, tendo em atenção que esta é uma matéria que nem sequer tradição na Câmara. Estas coisas de se aprovarem Planos, levá-los à prática internamente, significa que nós estamos a implementar práticas de controlo, para que haja o máximo de segurança em vários escalões, onde as decisões são tomadas dentro da Câmara, e que esse é um processo que está a correr bem. Concordo com os Senhores, que dizem que temos que fazer mais, e eu tenho a certeza, permitam-me exprimir aqui esta minha opinião, que o próximo Relatório vai ser, com certeza, significativamente melhor que este. A vossa crítica ajuda-nos a ser mais exigentes internamente porque não pensem, muitas vezes que é fácil chegar aos Dirigentes, e dizer, o senhor, fazia isto assim a partir de agora, têm que fazer assim, assim e assim, porque é isto que nos exigem para cumprir e monitorizar o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção. Eu não vou aqui dizer coisa nenhuma, que seja absolutamente nova, se vos disser, que as pessoas não estão habituadas a ser controladas. E quando aparecem medidas concretas para serem controladas, enfim, nós temos que ser exigentes, falar uma vez, duas vezes e mais. Eu julgo que há pouco disse, mas volto a repetir, é, nós até nos critérios de avaliação dos funcionários com funções dirigentes dentro da casa, começou a contar para a avaliação o grau de cumprimento e de resposta a estas exigências do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção. Portanto, se isto não é ter uma posição pró-ativa, e de certa maneira, forçar até uma prática que tem que mudar, porque tem que responder a requisitos que até aqui não eram exigidos e que são novos, eu pergunto-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

vos, o que é que podemos fazer ainda mais. Conta para a avaliação, Senhores Deputados. Quem não cumprir, não tem a avaliação que julgaria que poderia ter, como no passado. Este critério é importante. Depois, formação a 220 pessoas, não é o ótimo, mas 220 pessoas, são 220 pessoas que tiveram formação. Também não estou de acordo convosco, quando desvalorizam este número, são 220 pessoas que tiveram formação, relativamente a este Plano. O atendimento, no Urbanismo, eu próprio dou o exemplo, comigo o atendimento no urbanismo que praticamente todas as semanas acontece, acontece com a Senhora Diretora Municipal, o Senhor Diretor de Departamento e o Chefe de Divisão. Portanto, ali não há, portanto, é assim que se faz! E se muitas vezes os atendimentos pessoais com os Arquitetos, não tem lá duas pessoas é porque a carga de trabalho é enorme e muitas vezes, isso não é praticável, embora, recolho a vossa nota e podem ter a certeza, que vou pedir aos serviços que, tenham dois arquitetos a atender um município que quer esclarecimentos, ou que quer ver esclarecida uma dúvida. Agora, isso obriga-nos a ter ainda mais recursos, porque essas coisas todas, tomam tempo, e eu estou de acordo que um só é pouco, deve haver dois. Eu estou de acordo, aliás, parece que até é exigência do Plano. Para não fugir à pergunta, a Auditoria que foi solicitada, eu já respondi aos Senhores Vereadores, várias vezes que mercê daquilo que aconteceu, no anterior mandato, em que houve uma série de denúncias anónimas, para várias instâncias que tutelam a boa prática administrativa da Câmara, nós temos uma investigação a decorrer e enquanto essa investigação decorrer, nós não vamos promover essa Auditoria, porque entendemos que não a devemos fazer. Portanto, não foi uma decisão arbitrária, não foi por falta de respeito e de consideração à vossa exigência que é esse o vosso papel, não foi Senhores Deputados. Até porque não tememos essa Auditoria. Foi única e exclusivamente por isto, mas eu já disse isto pelo menos duas ou três vezes aos Senhores Vereadores, que quinzenalmente participam nas Reuniões de Câmara, e pensei que eles vos pudessem ter transmitido. Aqui, não sei se alguma vez disse ou não, já disse aqui também? Portanto já disse aqui também! Tenho tudo dito, Senhor Presidente, mas fiquem com a nota que o próximo Relatório, vai ser melhor.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, Senhor Presidente. Efetivamente o senhor já deu essa informação em sede de Assembleia Municipal e como Presidente da Mesa, e falo em nome de todos, registar com agrado a sua postura de acolhimento pelas sugestões que foram feitas pelos Deputados em geral. Aquelas sugestões que eu fiz, penso que quer o PSD, quer o Executivo, se as recolherem e se nos fizerem chegar à Mesa, os pedidos que fez oralmente e se depois o Executivo, para além de responder a essas questões, nos mandar num outro tipo de ficheiro, aqueles Mapas, penso que teremos dado um passo significativo, em que o próximo Relatório, seja ainda mais claro! -----

E assim sendo, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da **Proposta 1552-2023**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

- Apresentação do Relatório de Monitorização e execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações conexas (2022). -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

i) Proposta da Câmara nº 1878-2023 [DACP] - Deliberação/Informação relativa à ADJUDICAÇÃO DA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO RELATIVAMENTE À CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS PARA TRATAMENTO E REUTILIZAÇÃO DA ÁGUA REJEITADA PELA LAVAGEM DOS FILTROS DAS PISCINAS DO EMPREENDIMENTO AQUASHOW - APROVAR O PROJETO DE DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO, A ADJUDICAÇÃO, A MINUTA DO CONTRATO, DESIGNAR O GESTOR DE CONTRATO E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL; para conhecimento; -----

O Presidente da AML disse: e passamos à alínea i) da nossa da nossa Ordem de Trabalhos, Proposta n.º 1878-2023 [DACP] - Adjudicação da concessão de exploração do domínio público relativamente à construção de infraestruturas, para tratamento e reutilização da água rejeitada pela lavagem dos filtros das piscinas do Empreendimento Aquashow. É a aprovação do Projeto de Decisão de Adjudicação, que vem para conhecimento. Tem a palavra o Senhor Vereador, David Pimentel. -----

O Vereador David Pimentel tomou a palavra e disse. Muito obrigado Senhor Presidente, aqui é apenas para conhecimento, de um procedimento, a Proposta foi apresentada e dissecada aqui na Assembleia Municipal do passado dia 22 de julho e depois da aplicação do procedimento, vem aqui assim, para conhecimento da Assembleia Municipal, é a decisão de adjudicação e de todas as outras etapas que decorrem deste processo. Alguma dúvida estou disponível para esclarecer. Obrigado. -----

O Presidente da AML, disse: Muito obrigado Senhor Vereador, Senhores Deputados, alguém pretende usar da palavra sobre este assunto? Assim sendo, a Assembleia, tomou conhecimento da Proposta 1878- 2023 - Adjudicação da concessão de exploração do domínio público relativamente à construção de infraestruturas, para tratamento e reutilização da água rejeitada pela lavagem dos filtros das piscinas do Empreendimento Aquashow. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

j) Proposta da Câmara nº 1847-2023 [DACEC] - Deliberação/Informação relativa à APROVAÇÃO DO PLANO LOCAL DE AÇÃO INTEGRADA (PLAI) PARA A CIRCULARIDADE DA ÁGUA EM MEIO URBANO DO MUNICÍPIO DE LOULÉ, ELABORADO NO ÂMBITO DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA PARCERIA -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

CAPT2 – CIRCULARIDADE DA ÁGUA: POR TODOS E PARA TODOS - DAR CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL; para conhecimento; -----

O **Presidente da AML** disse: Assim sendo, passamos à alínea j) da nossa OT, **Proposta 1847-2023 - Aprovação do Plano Local de Ação Integrada (PLAI) para a Circularidade da Água em meio urbano do município de Loulé, elaborado no âmbito da participação do município na Parceria CAPT2 – Circularidade da água: por todos e para todos; para conhecimento.** Tem a palavra o Senhor Vereador Carlos Carmo. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado Senhor Presidente, cumprimento-o a si e na sua pessoa todos os Senhores Deputados, público aqui presente, os colegas Vereadores bem como os funcionários da autarquia que estão a assegurar aqui esta Assembleia. -----

Muito rapidamente, portanto isto, trata-se de uma Proposta no âmbito de uma candidatura que o município de Loulé, integrou, promovida pela Direção-Geral do Território uma iniciativa que se denomina, Iniciativa Nacional de Cidades Circulares, onde fomos convidados no âmbito dessa candidatura, a fazer parte de um Grupo de Trabalho que foi composto por, Guimarães, Águeda, Lagoa, nos Açores, Mértola, Oeiras, Oliveira de Frades e Ponte de Sôr. Este Grupo foi liderado pelo Município de Guimarães e teve como objetivo trabalhar em conjunto matérias que têm a ver com a circularidade da água, no sentido de partilha de conhecimentos, partilha de formas de eficiência no uso. Portanto, a água, e que culmina depois com um conjunto de propostas de projeto, que podem ser posteriormente, através desta candidatura, serem candidatados a Fundos Comunitários e o documento final, que é o que vos trazemos aqui para conhecimento, se denomina como PLAI - Plano Local de Ação Integrada. É um documento que foi definido no âmbito dessa Rede desta candidatura e de outras do género, como documento integrador daquilo que são as medidas e as ações que cada município se propõe a implementar no âmbito desta candidatura. E é este documento que vem aqui para conhecimento. Senhor Presidente e ao dispor para qualquer questão. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, Senhor vereador. Senhores Deputados, a palavra estará do vosso lado e será dada a quem a pedir. Senhora Deputada Marta do PS. -----

A Deputada **Marta Teixeira (PS)** tomou a palavra e disse: Boa noite a todos, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Vereador. Eu gostaria de entender diante da situação do planeta, relativa à falta de água, como nós sabemos, e muito mais, haverá no futuro uma falta de água de uma forma muito incomensurável, gostaria de saber na prática, como funciona essa proposta, por favor. Seria interessante esclarecer, porque aponta que tem uma reserva hídrica, bem interessante e como seria esse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Plano? Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Vereador Carlos Carmo. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado Senhor Presidente. Tentando esclarecer, portanto, este documento que se denomina como Plano Local de Ação Integrada, integra um conjunto de medidas, que cada município definiu como digamos, aqueles que melhor se enquadraria dentro do espírito desta Rede. Por parte do município de Loulé, foram integradas nesta candidatura, o projeto de reutilização da água das piscinas de Quarteira, projeto esse, que irá possibilitar o uso do excedente da água que diariamente é rejeitada nas Piscinas Municipais de Quarteira, para outros fins, nomeadamente para lavagens de áreas comuns e para rega de espaços verdes, inclusivamente, irá ser utilizada para regar o Campo de Futebol n.º1 de Quarteira, portanto, o de relva natural que, através dessa água, que será, digamos, reutilizada, terá esse fim. Por outro lado, o outro Projeto que também ficou dentro daquilo que é esta candidatura desta Rede, é o uso eficiente da água no lago do Jardim das Comunidades. O projeto que está neste momento a ser acompanhado pela Universidade do Algarve, pressupõe usar o lago do Jardim das Comunidades para reter, reduzindo 30 cm da massa de água do Jardim, utilizar esse lago, para reter a água da chuva, que por consequência, assim que atingir o seu limite, irá depositar num depósito que já existe, mas que será reforçado, para armazenar a quantidade de água necessária para fazer a rega de grande parte do jardim. E também numa fase posterior, se, digamos, tivéssemos num ano de grande pluviosidade, essa água que estará neste depósito se for excedente também, será drenada para o aquífero Campina - Faro. Portanto, esses 2 Projetos são 2 Projetos que já estavam a ser trabalhados internamente e que foram inseridos nesta Proposta que nós apresentámos a esta Rede. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado Senhor Vereador. Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Martins do BE. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Portanto este Plano volta de novo à Assembleia Municipal, pois já aqui estive, no princípio de dezembro de 2021 e pouco ou nada se alterou, passados quase 2 anos. Portanto, em suma nós concordamos com os objetivos específicos do Plano e com as medidas propostas divididas em 6 ações com 13 medidas, todas elas muito interessantes do ponto de vista ambiental, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do meio urbano. Bom e temos aqui a primeira crítica, porquê só no meio urbano? que quanto a nós, não se deve esquecer a extensão dos objetivos ao meio rural, porque lá também há água, também se desperdiça água e também se consome água. Depois, há muitos anos que falamos destas matérias, tornam-se repetitivas, quando não se verifica a sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

aplicação no terreno. Assim seria, portanto, saber qual é o ponto de situação de cada uma destas ações e medidas apresentadas que deveriam ser apresentadas num Quadro Resumo, quando foram iniciadas e quando são terminadas. Portanto a resposta que o Senhor Vereador deu, à Senhora Deputada do PS, é exatamente a mesma que tem dado aqui ao longo de muitos tempos. Temos uma ideia, temos um projeto, vamos implementar, mas na prática não é visível ainda nada! Por outro lado, sabemos que os trabalhos de Revisão do PDM em curso, estão na sua fase final, e que enviamos mais uma crítica. Foram promovidas as necessárias iniciativas regulamentares, e de certificação promotora da eficiência hídrica? Tais como, exigirem projetos e os projetos dos prédios ou moradias isoladas, uma rede para reaproveitamento da água ou até espaços para uma cisterna? E as redes para águas residuais tratadas nas ETARES, está prevista no Regulamento? O Regulamento do PDM, está em consonância com estes objetivos? de eficiência hídrica? Aproveitamos para lembrar, que em termos de eficiência hídrica, o município de Loulé e o seu Executivo, estão muito mal vistos. Pois, segundo a ERSAR, Entidade Reguladora, estamos classificados como insatisfatório. Em 5 indicadores, estamos insatisfatórios. Quer seja na qualidade do serviço, no controlo das perdas de água e nas perdas reais, assim como no investimento na renovação das redes e trabalhadores afetos a este serviço. De acordo com o que foi publicado pela ERSAR, não foi por mim. Portanto, a água não faturada, são 33,4%, insatisfatório. Reabilitação das condutas, 0%, insatisfatório. Ocorrências e avarias em condutas, 55% por cada 100 quilómetros ano, mediano, aqui foi melhor. Adequação dos recursos humanos, 1,4% trabalhadores por 1000 ramais, insatisfatório. Perdas reais da rede, 277 litros por ramal, dia, insatisfatório. Julgamos que realmente nesta matéria, temos de passar de uma vez por todas da fase da propaganda e da promessa ao terreno, porque toda a gente sabe que Loulé, assenta sob água, e que a água todos os dias vemos correr e não é aproveitada, portanto, alguma coisa tem que ser feita em breve e com urgência. Obrigado, Senhor Presidente. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Vereador Carlos Carmo. -----

O Vereador Carlos Carmo tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tentar ser o mais explícito possível nas respostas e alguns comentários à intervenção do Senhor Deputado Carlos Martins. Sermos consequentes nas ações e não só palavras! Bom, eu só disse 2 das medidas que fazem parte deste documento. O Projeto do Jardim das Comunidades, está parcialmente a ser cumprido, porque, neste momento, já há o processo de acomodação, da água da chuva com a redução da massa de água do Jardim já está a ser implementado e, neste momento, o passo seguinte é a implementação, desse mesmo depósito, que já lá existe, para fazer, digamos, o armazenamento dessa água. Ação n.º 1, que era a das piscinas, o projeto está pronto, muito em breve será lançado o procedimento para ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

implementado. Ação n.º 3, que não falei, mas posso aqui dizer, que é o Projeto de Reutilização de Águas Residuais Tratadas no balneário da Escola Padre Cabanita, está pronto e em implementação. Aqui também dizer-lhe que também não depende só de nós, esteve quase um ano a ser autorizado pela APA, a utilização dessas águas para os fins a que era o seu objetivo, que era a rega de uma área verde dessa Escola, portanto, esse projeto está concluído. E outro Projeto que também faz parte de uma das ações, tem a ver com a utilização de águas de outras origens que não a água potável, como o senhor Deputado, estava a dizer, dou-lhe o exemplo da água das Bicas Velhas, já falamos disto variadíssimas vezes e volto a dizer, elas hoje em dia já são utilizadas aliás, aproveitadas para fazer rega de muitas áreas verdes dentro da cidade de Loulé, muitas das áreas dentro da cidade de Loulé, foi desligada a rega e está a ser regado com água das Bicas Velhas, a mesma situação para lavagens de ruas e lavagens de contentores, não só das Bicas Velhas, mas também da água que vem da Goncinha. Mais ainda as Hortas Comunitárias, que existem junto ao Cadoiço, são regadas na sua totalidade com a água das Bicas Velhas, Portanto, e cada pessoa a título individual, como todos nós vemos diariamente, utiliza essa água ao que muitos, até muitas vezes comentam que estão entre aspas e não me levem a mal "a roubar água", não, as pessoas estão a aproveitar aquela água e bem. Portanto, Senhor Deputado, eu compreendo a sua intervenção, mas aqui tem dados mais concretos de implementação e de projetos que já estão em curso. Se tiver alguma dúvida adicional, posso-lhe esclarecer. Sobre dados da ERSAR, posso-lhe dar aqui vários números também, os números são aquilo que são e são dados oficiais. Os números que o senhor Deputado utilizou, são números de 2021 serão publicados muito em breve os dados oficiais, porque nós já os temos conhecido em temos officiosos, estaremos nos 33%, mas importa dizer o seguinte, em 2020, estávamos com 35% e estou a falar de água não faturada, que é, digamos, o "chapéu maior" e dentro do conceito de água não faturada, temos as perdas reais, as perdas aparentes, enfim um conjunto de outros conceitos. 2021, 33,4%, 2022, 33%. Dizer-lhe outra coisa, muitas vezes, usa-se as Infras, as Empresas Municipais, como bons exemplos, e quando não interessa, não se coloca esses bons exemplos dentro da esfera do município. As três Entidades gestoras, Infraquinta, Inframoura e Infralobo se fossem, juntamente com o município de Loulé, aliás, com a Câmara Municipal de Loulé, uma única entidade gestora, nós, neste momento, estaríamos na classificação de Bom! Se fossemos as quatro entidades gestoras, uma só, o município de Loulé estava com classificação de Bom. Ou seja, 20% ou menos de água não faturada, e esse é o nosso objetivo até 2030. Está definido por nós, que queremos reduzir 3% ao ano, a água não faturada, para chegarmos a 2030 e estarmos na classificação de Bom. Senhor Presidente, é aquilo que eu tinha para dizer. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Informo que o PS deu mais 10 minutos ao Executivo, que já estava novamente em linha vermelha e quando terminou os 10, voltamos a pôr a zeros. Portanto, já começou a gastar, mas esses 10 minutos foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

reduzidos do PS. Tem a palavra Senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, a resposta que o Senhor Vereador responsável pelo Ambiente, que acaba de dar, foi uma resposta boa, porque, às vezes criam-se ideias que não têm fundamento. E a ideia de que a água em Loulé, que é um bem tão precioso em todo o mundo, e nós aqui naturalmente, não somos exceção que é tratada com displicência, nada mais inadequado, fazer uma afirmação dessas, quando nós sabemos o caminho que temos feito na Câmara de Loulé. A situação que nós encontrámos quando chegamos aqui, era francamente muito má. O que conseguimos até hoje, fruto de um trabalho constante, e devemos isso a uma exigência, e isso partiu de nós, do Executivo, uma exigência política, de certa forma, colocada muitas vezes perante os técnicos com alguma intransigência, deve-se aos Técnicos. Os técnicos, responderam bem à nossa exigência. Nós levamos para o dia-a-dia do trabalho, quer do Departamento de Obras, quer de um Gabinete que criámos, propositadamente para fazer a gestão da água, que é o Gabinete de Eficiência Hídrica. Portanto, nós atacámos em duas frentes, este problema e posso-vos dizer que a situação hoje, é bastante melhor. Temos um caminho a fazer ainda, claro que temos, até porque o concelho de Loulé, é imenso. Agora nós reduzimos pressão na rede, nós temos estudos a fazer, porque não vale a pena desvalorizar, os estudos e os Planos porque para ter, respostas eficazes perante problemas reais com a gravidade, como é o problema da falta de água, nós temos que ter estudos e Planos. E isto leva tempo. Porque ninguém consegue intervir numa realidade que não a caracterizou previamente nem a conhece profundamente. E, portanto, Senhores Deputados, nós temos, como dizem muitas vezes e a vossa impaciência leva-vos a dizer, que falamos muito e fazemos pouco. Não, senhores Deputados, nós falamos, porque temos que falar de uma coisa que é o dia-a-dia do nosso trabalho. Começamos por estudar, por planear, por projetar algumas coisas, estão em curso, há resultados, como o senhor Vereador do Ambiente acaba de referir e vamos continuar, ele não referiu uma coisa muito importante, que nós, monitorizamos agora, as bocas de incêndio onde os bombeiros vão recarregar, quando há incêndios, que é um grande consumo de água. Nós baixamos onde foi possível a pressão nas redes. Nós instalamos redutores de caudal, nós temos instalados sensores para gerir e monitorizar a pressão na rede, porque muitas das roturas, têm a ver com a desigualdade de pressão na rede. Esse estudo foi feito de uma forma sistemática para Salir e está a ser feito para outras zonas do concelho. Tudo isto dá muito trabalho, são muitas decisões, muitas reuniões com várias Entidades. Senhores Deputados, façam-nos a justiça, de não afirmarem, sem conhecimento satisfatório, no mínimo satisfatório, daquele que é o trabalho da Câmara Municipal de Loulé. Porque, se há área que nós temos colocado o foco, e que temos trabalhado de uma forma sistemática, é na gestão da água. E por último, o senhor Vereador, esqueceu-se, e eu com isto termino para verem aqui a importância do trabalho da Câmara, na Inframoura, é uma Infra, mas é território de Loulé, as diretrizes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

políticas saem daqui. Os gestores são nomeados por nós. As Águas do Algarve, cumprindo o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, que o primeiro do país apresentado pela APA, há cerca de dois anos e meio, as Águas do Algarve, vão concretizar o primeiro grande investimento no país, para reaproveitamento das águas das ETARES. Um investimento enorme em Vilamoura e outro também na Quinta do Lago. Portanto, foram anunciados, os concursos vão ser abertos, em muito pouco tempo, trabalharam bem. Nós não assistimos a esses investimentos das Águas do Algarve, que têm ainda por cima, verba consignada por parte do PRR. Nós aqui em Loulé, em Vilamoura fizemos, projetamos uma rede de 10 quilómetros, uma rede separativa que era aquilo que o senhor Deputado Carlos Martins, estava a pedir e muito bem, porque nós podemos reutilizar as águas, mas as águas têm que ter uma rede própria. As águas tratadas para poderem ser utilizadas. E nós, 10 quilómetros, é um investimento de quase 2 milhões de euros, só para aproveitar a água de Vilamoura, para rega de espaços verdes, para lavagem, mais uma vez e para todas aquelas utilizações menos nobres que se impõe da água. Portanto, senhores Deputados, eu devo-vos dizer, que os nossos serviços, os nossos técnicos da Câmara, têm trabalhado também neste capítulo, muito bem. E temos vindo a melhorar os nossos indicadores sucessivamente, cada ano que aparece, nós melhorarmos e isso é que importa, isso significa que nós estamos no caminho certo. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Senhor Presidente. Tem a palavra a Senhora Deputada Isilda Guerreiro do CDS. -----

A Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigada, Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento os presentes e aos que assistem aqui e lá em casa. Tenho aqui duas questões, às medidas apresentadas pelo Senhor Vereador, uma delas seria aproveitar a água das bicas da Goncinha. A minha pergunta seria concretamente, como? Talvez lá em casa gostavam de saber, o que é que se pretende fazer com aquela água que corre incessantemente e que é uma pena. Há cidadãos que a aproveitam sim e muito bem, mas se calhar, não a aproveitam toda e para isso há que terá condições para tentar tirar mais rentabilidade daquela água que se desperdiça. Outra questão aqui colocada, foi a que tem a ver com o Lago de Almancil, que estariam com um Plano e muito bem, aquilo que me foi aqui apresentado. Só que soube, que o Lago tem problemas de perdas de água, fugas graves. Não sei se essa situação já foi, entretanto, superada, porque senão, não vamos ter muito sucesso nesse projeto. Outra questão que também já foi aqui colocada por mim, noutras vezes, foi as perdas de água, que me preocupam e que já trouxe aqui alguns exemplos. Que medidas concretas tem este Executivo para sanar perdas de água, porque daquilo que vejo, estamos a falar de 33%, estes 36% de água não faturada, são perdas ou estamos aqui a falar de uma outra fonte, que chega aqui a este valor de 33%? Na prática, a minha pergunta é, que medidas é que estão a ser implantadas no terreno para resolver problemas concretos de perdas de água. Sei que a Infralobo, tem por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

exemplo sistemas de telemetria, se não estou em erro, porque não replicar isso? Se é que não está já feito. Gostava de saber, gostava eu, provavelmente lá em casa também. Que medidas é que o Executivo pensado mais em concreto? Muito obrigado.

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, Senhora Deputada. Por lapso aqui da Mesa, há bocado começamos a descontar no tempo do PSD, foram poucos segundos, mas se for preciso a gente compensa depois. Senhor Vereador Carlos Carmo tem a palavra. Tem 1 minuto, não sei se pretende pedir mais tempo? -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito rapidamente, ou seja, duas questões que a Senhora Deputada fez, o Senhor Presidente, elencou aqui um conjunto de medidas que estão a ser tomadas. Posso-lhe dizer também que, muito em breve, vamos lançar um concurso público para os sistemas de rega inteligente para todas as áreas urbanas do concelho. Enfim, todas essas medidas que referiu de, digamos, para sermos mais eficientes. O senhor Presidente fez de forma exaustiva, eu também dei alguns exemplos, dou-lhe mais esse, mas quero-lhe dar aqui uma nota que acho que é importante, água não faturada, em 2022, os dados que vão sair, já estão fechados, 33% sendo que desses 33%, só 25% é que são perdas reais. Portanto, eu há pouco referi que a água não faturada, é o conceito global e depois tem um conjunto de conceitos lá dentro, muitas vezes falamos em perdas, mas dar-lhe essa nota. Mas também há, como o Senhor Presidente está aqui a dizer e bem, a água que é furtada, que é consumida e não paga. Portanto, é água que é usada de forma ilícita. Portanto, nós temos isso tudo a ser monitorizado, temos os nossos contadores com telemetria, eu já passei o tempo, muito rapidamente. Água da Goncinha eu há pouco referi também, que nós estamos a utilizar já essa água, para fazer lavagens de contentores, lavagens de rua e rega de espaços verdes, portanto, essa já é uma medida que nós já estamos a implementar e muito em breve também teremos outras que serão também sobre essa situação. E sobre a questão do Lago, sim, nós sabíamos dessa situação e já foi debolada a situação das ruturas que haviam no Lago do Jardim das Comunidades. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado Senhor Vereador. Só esclarecer que o PS deu mais 10 minutos, o tempo continuará a vermelho durante mais 10 minutos. Tem a palavra a Senhora Deputada Isilda do CDS. -----

A Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)** tomou a palavra e disse: só para reformular a minha pergunta, em relação à Goncinha, o que eu questioneei foi, como é que recuperam a água? Vão com os camiões lá buscar, têm alguma estrutura, qual é o processo? É isso que gostaríamos de saber. Porque o que eu vejo e toda a gente vê todos os dias, são particulares a recolher a água. Ainda não tive a oportunidade talvez não tenha passado na altura, é a Câmara que recolhe com camião? Tem alguma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

infraestrutura? Não faz sentido para vós criar uma infraestrutura naquela zona? para apanhar mais água, digamos assim? Não há terreno que se possa usar para isso? Não sei, se estou a dizer algo aqui descabido peço desculpa. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Vereador Carlos Carmo. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: muito obrigado, Senhor Presidente, volto a repetir, portanto, nós vamos buscar lá água sim, com camiões com pequenas estruturas para fazer o caso das regas e está a ser desenvolvido internamente uma pequena intervenção para criar uma infraestrutura que possa ser possível recolher ainda mais água com mais caudal para outros usos, nomeadamente por exemplo, para os Bombeiros também que, com a forma como lá está, neste momento, não é possível com a estrutura lá existente, mas, esses são vários dos exemplos que nós fazemos lá na Goncinha. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado Senhor Vereador. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins (BE). -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: É por isso é que eu acho que era necessário haver um quadro explicativo do ponto de situação de cada uma destas medidas, para evitarmos de vir aqui daqui a 6 meses, perguntar e então se tivessem lá era mais fácil para todos. Só para dizer, que a água ainda bem que a Câmara aproveita, finalmente depois de ter ouvido várias recomendações, ainda bem que aproveita a água das Bicas e da Goncinha, mas tendo em consideração o caudal de água que se perde diariamente ali, é uma ínfima. Depois é para dizer, que, se calhar, o senhor Vereador queria dizer que a rega das Hortas Sociais, não é do Cadoiço é das Bicas Velhas, está retificado, disse do Cadoiço e é das Bicas Velhas, portanto retifico. Terminei. -----

O **Presidente da AML**, disse, muito obrigado. Não temos. Deputados inscritos, não sei se alguém pretende usar da palavra por parte do Executivo? Tem a palavra Senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: eu só queria chamar aqui a atenção para uma coisa, não se pense, que a água tem que ser toda aproveitada, não se pense, porque há porque repare uma coisa, há um caudal mínimo ecológico que deve continuar. Nós aproveitamos, mas não temos que ir ali, por exemplo à Goncinha e retirar a água toda, ter ali uma bomba a trabalhar, não isso é um erro, sabe porquê? Porque pelo caminho há imensas hortas, pessoas que ainda vivem da agricultura e que precisam daquela água. E portanto, se ela chegar longe ela hoje, já não chega até à foz, mas se chegasse também não era mau porque há a biodiversidade que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

precisa de curso de água a correr, portanto, às vezes, julga-se que aproveitar a água, é interromper ali e apanhar a água toda, e não funciona assim! -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Deputado João Carlos Santos do PSD, tem a palavra. -----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, muito obrigado. Pois, há aqui um mero reparo, porque realmente depois de ouvir aqui algumas considerações, recorro aquela Assembleia Temática que tivemos em Alte, e Senhor Presidente de Câmara, tenho-lhe a dizer que desde essa Assembleia até agora, o seu discurso sobre a água ficou mais afinado, e é bom que assim o seja e também é bom que existam estudos, e que exista conhecimento acumulado e adquirido, por parte dos funcionários desta casa, relativamente às questões da água, ninguém diz o contrário. No entanto, aquilo que tem sido de certa forma, a questão que o PSD reforça e tem reforçado, é que os verdadeiros problemas na gestão da água, eles continuam a ser ignorados. Nós temos que ter presente que, os grandes gastos e as grandes perdas, realmente eles vêm através da rede de distribuição deste município, que uma vez mais, volto a dizer que não está em condições, e isso é um investimento, que tem que ser feito, é um investimento, de certa forma, no subsolo e deveria ser prioridade máxima do Executivo, tratar, resolver, atenuar, mitigar essas situações, para evitar essas grandes perdas de água. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Disse; muito obrigado Senhor Deputado. Não há mais deputados inscritos? Como sabem não é meu hábito usar da palavra enquanto Deputado e disse que no dia em que o fizesse que iria para o púlpito, mas, mais uma vez, tal como já o fiz uma vez aqui no que diz respeito à habitação, vou fazê-lo também em relação à água, para tentar ver se encontramos aqui uma espécie de base comum, que é aquela que à partida nos deve unir que é o interesse municipal. E de facto, sinto-me a repetir um bocado aquilo que já disse aqui a propósito da habitação. Não está em causa tudo aquilo que o Executivo tem feito nesta matéria e que tem sido muito. O que está em causa, é que se continue a fazer escuta ativa no que diz respeito a estas questões da água. Aquilo que aqui foi falado, por inúmeros Deputados, estas questões que as pessoas levantam sobre estas questões das Bicas Velhas, a Goncinha, os lençóis que estão debaixo de Loulé, os prédios que estão constantemente a retirar água, a água é bombeada, para as redes pluviais, porque elas correm de tal maneira, que se não for tirada, prejudica os prédios. Na zona da Ilha Fria, aqui atrás de nós, em Vale de Rãs, ou seja, esta cidade pela conversa da rua, eu não sou especialista na matéria, como sabem, é uma cidade com muita água. Importa, perceber e de facto têm sido feitos muitos estudos e concordo também com o Deputado João Carlos Santos, esses estudos são importantes, aqui penso que a generalidade das coisas a intenção não é criticar aquilo que o município tem feito. É tentar sensibilizar para outras coisas que nós ouvimos na rua todos os dias, enquanto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

U.

peçoas e enquanto Deputados, que é também aquilo que as peçoas dizem na rua, e aquilo que as peçoas não têm explicação. E aqui acho que é preciso mais participação, apelar às peçoas que participem. É preciso mais informação, porque de facto a questão dos níveis mínimos ecológicos a gente não pode reter a água de tal maneira, que ela depois não segue o curso normal e vai prejudicar toda a fauna e toda a biodiversidade, mas estas coisas, se calhar precisam de um fórum mais alargado, para que as peçoas percebam, e entendam melhor as medidas que são feitas e as que não são feitas e o próprio Executivo, também entenda algumas sugestões, não como críticas, mas como contributos positivos, para ajudar a resolver este problema, que é um problema de todos nós e que cada vez será mais. Eu, por exemplo, refiro uma situação que aqui foi afirmada, e naturalmente, que todas elas são legítimas, que é a questão dos dados da ERSAR, e nomeadamente, que o município de Loulé, tem 33% de percas e diz e bem, o senhor Vereador Carlos Carmo, se juntarmos tudo, com as Infras e as Infras vão ser cada vez mais, também Empresas Municipais, assim esperamos, já ficamos só com 20%. O que é facto, é que a água que se perde no resto da rede, continua a ser a mesma, que se perdia. A gente melhora nos rankings, mas o resultado é que, aqueles troços de rede que são do município, continuam a perder a mesma água. Ora não é isto que nos interessa, andarmos a discutir rankings nem posicionamentos. É efetivamente estarmos todos cientes de que estamos a fazer o melhor para defender o nosso município das alterações climáticas e da falta de água que vai ser um problema cada vez maior. Ao Executivo, ninguém retira o valor, penso eu, e a oposição aqui também nunca vi atacar por esse motivo, das medidas que o Executivo tem feito, dos estudos que têm sido feitos, mas importa, se calhar que isso seja feito de forma mais alargada, mais participada também ouvindo aquilo que as peçoas falam na rua, nomeadamente esta questão dos lençóis freáticos, é uma coisa que para mim, as peçoas mais velhas, então dizem "há água a montes debaixo desta cidade" porque é que ela não se aproveita? e de facto, estas dúvidas vão-se também constituindo dúvidas como dúvidas minhas enquanto cidadão e penso que ninguém aqui estará contra que se faça efetivamente uma recolha destas destes assuntos, destas matérias que não sejam interpretadas como críticas ao município, mas como sejam encaradas como um desígnio de todo o município de rentabilizar a água que tem no sentido de salvaguardar este património, que vai ser cada vez mais escasso e que vai ser importante não só para nós, mas para os nossos filhos, para os nossos netos, para quem os tem. E com isto termino e damos por concluída a nossa Assembleia de hoje, agradecendo a todos os que tornaram possível a realização e difusão da mesma, os cidadãos que nos acompanharam pelas redes sociais, o Executivo, os Deputados e as Deputadas deste nosso município, a todos muito obrigado. -----

O **Presidente da Assembleia**, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata que, depois de discutida e aprovada, será assinada nos termos legais e regimentais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

João Amaro

O 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO

Fernando Pereira Marques

A 2ª SECRETÁRIA EM SUBSTITUIÇÃO

Merke

Handwritten signature or initials in blue ink.